ARQUEOLOGIA E O PROBLEMA DO CANIBALISMO **Contribuições Interdisciplinares**

ARCHAEOLOGY AND THE PROBLEM OF CANNIBALISM **Interdisciplinary Contributions**

Joadson Vagner Silva¹

joadsonvagnersilva@gmail.com

301

RESUMO

Este artigo apresenta um conjunto de conceitos arqueológicos que tratam da necessidade de relações interdisciplinares na formulação de modelos interpretativos sobre a prática do canibalismo como parte integrante, não exclusiva, dos modos de vida das populações pré-históricas. A partir do conceito de Bioarqueologia, foi observada a necessária interdisciplinaridade com estudos da Antropologia e da Biologia para tornar verificável cientificamente os traços da prática da ingestão do corpo humano – ou partes – no contexto arqueológico. Os vestígios dessa prática podem estar dentro do ciclo funerário ou em contextos de descarte ou extra-funerários, cuja percepção é complexa.

Palavras-chave: Canibalismo, Bioarqueologia, Práticas mortuárias, Interdisciplinaridade.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRGN.

ABSTRACT

This article presents a set of Archaeology concepts that deals with the need for interdisciplinary relations in the formulation of interpretive models on the practice of cannibalism as an integral, non exclusive, way of life of the prehistoric. From a concept of Bioarchaeology, the necessary interdisciplinarity was observed with studies of Anthropology and Biology to make the traces of the practice of eating the human body – or parts – in the archaeological context scientifically verifiable. The vestiges of this practice can be within the funerary cycle or in contexts of discarding or extra-funeral, whose perception is complex.

Keywords: Cannibalism, Bioarchaeology, Ethnography, interdisciplinarity.

UMA PERSPECTIVA (BIO)ARQUEOLÓGICA DO CANIBALISMO A PARTIR DE MIGNON (1993)

Bioarqueologia, conceito descrito no dicionário de Mignon (1993, p. 44) “é o estudo de restos preservados de organismos vivos recuperados em depósitos arqueológicos, os quais contêm informações que podem revelar a ecologia humana pré-histórica, subsistência, saúde, ou comportamento cultural”. De acordo com a autora, o conceito está vinculado à solução de problemas científicos relacionados a pesquisas interdisciplinares sobre paleoecologia e paleoambiente, destinadas a reconstruir o ambiente físico do passado e as formas de adaptação e interações humanas no ambiente natural. Mignon (1993) relaciona o conceito de Bioarqueologia a outros que ela também aborda, a saber, Estudos Bioculturais, Paleoantropologia, Subsistência, Arqueologia, Artefatos, Arqueologia de Campo, Quantificação e Zooarqueologia. A autora foca na contribuição que a Bioarqueologia traz aos estudos que abordam os períodos pré-históricos.

302

O conceito Bioarqueologia, ainda segundo Mignon (1993), inclui diversos subcampos da Arqueologia, como a Palinologia, voltada ao estudo de perfis de pólen; Paleobotânica, relativa também a Paleoetnobotânica e a Arqueobotânica, que compreende a análise dos remanescentes vegetais preservados e recuperados em contextos arqueológicos; e a Zooarqueologia, que trata do estudo dos remanescentes faunísticos e a sua relação com a humanidade no ambiente.

O estudo dos remanescentes ósseos humanos, combinados com os dados ecológicos e culturais, para resolver problemas da pesquisa sobre dieta e nutrição, saúde e condições de morbidade e estudos de DNA antigo, coordenado por antropólogos, biólogos e arqueólogos, constitui o que são denominados de Estudos Bioculturais – mais um conceito descrito por Mignon (1993). Outro tema que também é mencionado pela autora são os Estudos Mortuários, os quais incluem especialmente problemas relativos ao estudo e interpretação das práticas funerárias das populações humanas do passado, não excluindo os dados bioarqueológicos.

Propriamente, a Bioarqueologia possui sua gênese em um período da pesquisa arqueológica interdisciplinar que foi iniciado entre nas décadas de 1940 e 1950. São representantes desse momento Robert Braidwood e Howe (1960) e Braidwood (1974), os quais estudaram as antigas aldeias do Iraque, bem como Grahame Clark (1952, 1954, 1972), que escavou o sítio mesolítico de Star Carr,

no norte da Inglaterra, preocupado com o estudo do paleoambiente (Mignon, 1993).

Nesse sentido, Mignon (1993) concorda que os estudos de ecologia cultural coordenados por Julian Steward serviram de estímulo importante para o desenvolvimento das pesquisas paleoambientais na América do Norte. Na grande maioria dos projetos de escavação, estudar os remanescentes de plantas e de animais recuperados dos sítios arqueológicos tornou-se regra, com a participação interdisciplinar de palinólogos, paleoetnobotânicos e zooarqueólogos nas equipes de pesquisa arqueológica.

304

Para a autora em discussão, o objeto de estudo da Bioarqueologia compreende especialmente os *ecofatos* preservados, os quais são os remanescentes orgânicos de plantas e de animais que foram utilizados por grupos humanos no passado. Quando esses vestígios apresentam sinais ou traços de alterações causadas intencionalmente pelo ser humano, são considerados *artefatos*, demandando uma perspectiva cultural no seu estudo e problematização. Entretanto, os bioarqueólogos analisam predominantemente os ecofatos sem alterações antrópicas.

No caso dos vegetais, esses podem propiciar diversos tipos de vestígios no contexto arqueológico, como: a) os fitólitos, estudados, por exemplo, por Rovner (1971, 1983), Piperno (1984, 1985) e Bozart (1987); b) os pólenes, estudados por

Behre (1968) e Bryant e Holloway (1983); c) as diatomáceas; d) os esporos; e) as sementes carbonizadas; f) a madeira; g) o carvão vegetal; e h) quaisquer remanescentes vegetais preservados que possuíam importância no âmbito da economia de subsistência das populações pretéritas, conforme, por exemplo, os estudos de Adams (1980) e Botemma (1984). As pesquisas em Paleobotânica têm gerado uma literatura substancial já nos anos 1970-1980, como os textos de Helbaek (1970), Yarnell (1970), Renfrew (1973), Ford (1979), Meyen (1987), Hastorf e Popper (1989) e Pearsall (1989) (Mignon, 1993).

Os remanescentes faunísticos recuperados de contextos arqueológicos, que são foco de estudo da zooarqueologia, incluem ossos, dentes, chifres, conchas, exoesqueletos de insetos e otólitos de peixes (Mignon, 1993).

Mignon (1993) aponta que os bioarqueólogos também estudam os remanescentes de alimentos preservados nas fezes humanas mumificadas ou fossilizadas (coprólitos), para obter dados e construir informações sobre as condições de dieta e nutrição pré-históricas. A respeito disso cita Callen (1967) e Marquardt (1974). Da mesma forma, os especialistas nos estudos bioculturais podem também examinar os remanescentes ósseos humanos para obter dados sobre dieta e nutrição no passado, auxiliando no estudo de padrões de saúde e doença, fatores demográficos e relações genéticas em dado sítio arqueológico ou em uma região (Mignon, 1993).

Vestígios arqueológicos de tamanhos reduzidos e de interesse dos bioarqueólogos demandam técnicas de recuperação e triagem por peneiramento a seco e em meio úmido, incluindo a flotação. Essas técnicas da Arqueologia de campo foram empregadas, na perspectiva de Mignon (1993), por Jarman *et al.* (1972), Keeley (1978), Doeblay (1981) e Minnis (1981). Em laboratório, pode ser utilizada a observação microscópica, conforme o exemplo dado por Mignon (1993) de Keepax (1975).

Além dos problemas enfrentados pelos bioarqueólogos no que diz respeito à recuperação dos vestígios orgânicos em campo, há também aqueles relacionados aos tamanhos reduzidos dos materiais. Pois esses são, na maioria das vezes, preservados somente em quantidades ínfimas, o que dificulta a utilização de métodos estatísticos comumente empregados em outros materiais. Dessa forma, o estudo dos vestígios de alimentos preservados exige muito mais o uso de modelos interpretativos que tem por base os dados etnográficos ou etnoarqueológicos (Greenhouse *et al.*, 1981; Jones, 1984 *apud* Mignon, 1993).

A Bioarqueologia é importante para que se obtenha conhecimento sobre os ambientes habitados por populações humanas no passado a partir de uma sistemática de observar os remanescentes ósseos (Monteiro da Silva, 2014). Dados coletados a partir dos remanescentes de plantas, por exemplo, informam sobre ambientes existentes em diferentes períodos. Indicando os padrões de vegetação existentes e, por conseguinte, os vegetais aproveitados como alimentos,

disponíveis em determinada época. Assim, os estudos dessa tipologia são demonstrativos úteis da presença da agricultura numa determinada região, já que o cultivo é refletido no aumento de pólenes do gênero *Graminae*, correspondendo às concentrações dos grãos geralmente cultivados como culturas básicas no passado. As sementes carbonizadas, recuperadas nos sítios, também dão mais indícios de vegetais utilizadas para a alimentação, sejam elas colhidas ou cultivadas. Já os estudos relativos aos coprólitos humanos e/ou do conteúdo estomacal de corpos humanos preservados pelos diferentes tipos de mumificação podem gerar dados de igual valor e, até mesmo, informar como ocorria o preparado dos alimentos no passado (Glob, 1971 *apud* Mignon, 1993). Esses indicativos são complementados pelas informações obtidas a partir das análises dos materiais líticos, pois padrões de desgaste podem demonstrar os tipos de vegetais processados por estas ferramentas. Esses estudos geram, portanto, dados valiosos sobre a subsistência e a tecnologia pré-histórica (Mignon, 1993).

307

Ainda de acordo com Mignon (1993), na época da escrita do texto, os estudos bioarqueológicos haviam alcançado importância tamanha que faziam parte da maioria dos grandes projetos de pesquisa arqueológica do mundo. Quanto ao desenvolvimento da Bioarqueologia, novas técnicas de pesquisa dos remanescentes orgânicos identificados em depósitos arqueológicos seguem sendo desenvolvidas, possibilitando que se façam novos questionamentos e/ou que se obtenham respostas também novas sobre o passado humano.

A partir dessa explanação dos objetos e objetivos da Bioarqueologia, apontam-se as contribuições que esse campo de estudo da Arqueologia pode oferecer as pesquisas que dizem respeito ao canibalismo humano no passado, um tema polêmico de difícil aceitação e que precisa de provas muito bem fundamentadas (Renfrew, Bahn, 1998). A Bioarqueologia age, nesse contexto, nos estudos relacionados às evidências de canibalismo deixadas nos remanescentes humanos, como marcas nos ossos e marcadores físico-químicos-biológicos nos coprólitos.

O CANIBALISMO SOB OS OLHARES DOS CRONISTAS, ANTROPÓLOGOS, SOCIÓLOGOS, HISTORIADORES E ESTUDIOSOS DA LITERATURA

308

As informações acerca do canibalismo relatadas por viajantes em contato com outras sociedades são conhecidas desde a formação da sociedade grega, quando na *Odisseia*², obra atribuída a Homero, no século VIII a.c., foi descrito o encontro da expedição comandada por Ulisses com gigantes canibais em uma das ilhas pelos quais os helenos passaram. No caso dos primeiros contatos entre os europeus e as sociedades americanas, nos séculos XV, XVI e XVII, são muitos os documentos escritos que abordaram a temática, a começar por Cristóvão Colombo, comandante europeu pioneiro na investida colonial à América. Em diversos

² Nesse caso, utilizou-se a seguinte versão da obra clássica: HOMERO. *A Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras: Penguin Classics, 2011.

trechos das *Relaciones y cartas*³, enviadas à Espanha, o comandante afirma ter encontrados nativos das atuais Antilhas que lhe passaram informações sobre outros povos, também habitantes das terras insulares da região, que praticavam o canibalismo. A informação, contudo, é questionável, pois no início do contato o entendimento era dificultado pela incompreensão das línguas faladas, além do mais, a justificativa da conquista podia ser dada por argumentos desse tipo (Lukaschek, 2001-2002; Austin, Luján, 2010).

No caso das terras que depois viriam a ser o Brasil, também abundam documentos escritos que relacionam o canibalismo a alguns grupos indígenas. Dentre esses, são notáveis os textos que trataram do canibalismo praticado pelos grupos filiados à família linguística Tupi⁴ (Rodrigues, 1994) e aos Tarairiú de língua isolada (Urban, 1992).

309

Entre as crônicas que abordam o canibalismo Tupi (Gândavo, 1576; Souza, 1587; Cardim, 1625; Thevet, 1656; Abbeville, 1614; Evreux, 1615), as obras de Hans Staden (1557) e Jean de Léry (1578) sobressaem-se quanto às informações acerca do rito e das possíveis evidências deixadas no registro arqueológico.

³ Utilizou-se da seguinte reunião dos escritos que Cristóvão Colombo enviará à Espanha: COLÓN, Cristóbal. *Relaciones y cartas*. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando, 1892. (Biblioteca Clássica, Tomo CLXIV).

⁴ Sobre esse termo ver: BROCHADO, J. P. Tupi. In: PEREGRINE, P. N.; EMBER M. (org.). *Encyclopedia of Prehistory*. Boston: Springer, 2001, p. 343-354.

Hans Staden, que foi prisioneiro dos Tupinambá (um dos povos de língua da família linguística Tupi), por mais de nove meses, em 1554, no que hoje é o litoral do Estado de São Paulo, informa em seu relato a forma como acontecia o ritual canibal desse povo. De acordo com Staden (1557), após o inimigo ser preso e mantido por um determinado período na comunidade, chagava o dia de sua execução, que acontecia no ápice de uma festa a base de caium (bebida alcoólica produzida a partir do milho ou mandioca fermentados).

Staden (1557) relata que, após um embate ritualizado entre o prisioneiro e o grupo captor, em que os membros do último lembravam os parentes mortos pelo grupo do primeiro e esse rebate dizendo que sua morte será vingada, o

310

[...] o algoz golpeia o prisioneiro na nuca, de forma que lhe jorre o cérebro. Imediatamente as mulheres pegam o morto, arrastam-no para cima da fogueira, arrancam toda a sua pele, deixam-no inteiramente branco e tapam seu traseiro para que nada lhe escape.

Depois que a pele foi limpa, um homem o segura e lhe corta as pernas acima dos joelhos e os braços rente ao tronco. Aproximam-se, então, as quatro mulheres, pegam os quatro pedaços, andam ao redor das cabanas e fazem uma grande gritaria de contentamento. A seguir separam as costas junto com o traseiro da parte dianteira. Dividem tudo entre si. As vísceras ficam com as mulheres. Fervem-nas, e com o caldo fazem uma massa fina chamada mingau, que elas e as crianças sorvem. As mulheres comem as vísceras, da mesma forma que a carne da cabeça. O cérebro, a língua e o que mais as crianças puderem apreciar, elas comem. Quando tudo tiver sido dividido, voltam para casa, e cada um leva seu pedaço (Staden, 2009 [1557], s. p.).

Jean de Léry, foi um missionário protestante na tentativa de colonização francesa no que hoje é a cidade do Rio de Janeiro. Sendo os franceses aliados dos Tupinambá, foi permitido ao religioso que observasse e descrevesse o costume canibal Tupinambá, em muito similar ao que escreveu Staden, com mais detalhes, contudo, no que diz respeito a forma de preparo do corpo do morto e dos fins que se davam aos remanescentes. Explica Léry (1578) que

O executor costuma bater com tal destreza na testa ou na nuca que não se faz necessário repetir o golpe e nem a vítima perde muito sangue [...]

Em seguida, as outras mulheres, [...] chegam com água fervendo, esfregam e escaldam o corpo a fim de arrancar-lhe a epiderme; e o tornam tão branco como na mão dos cozinheiros os leitões que vão para o forno. Logo depois o dono da vítima e alguns ajudantes abrem o corpo e o espostejam com tal rapidez que não faria melhor um carnicheiro de nossa terra ao esquartejar um carneiro [...] Depois da chegada dos cristãos a esse país, principiaram os selvagens a cortar e retalhar o corpo dos prisioneiros, animais e outras presas com facas e ferramentas dadas pelos estrangeiros, o que faziam antes com pedras aguçadas como me foi dito por um ancião. Todas as partes do corpo, inclusive as tripas depois de bem lavadas, são colocadas no moquém, em torno do qual as mulheres, principalmente as gulosas velhas, se reúnem para recolher a gordura que escorre pelas varas dessas grandes e altas grelhas de madeira; e exortando os homens a procederem de modo que elas tenham sempre tais petiscos, lambem os dedos e dizem: *iguatú*, o que quer dizer "está muito bom".

Eis como os selvagens moqueiam a carne dos prisioneiros de guerra, processo de assar que nos é desconhecido [...] Quando a carne do prisioneiro, ou dos prisioneiros, pois às vezes matam dois ou três num só dia, está bem cozida, todos os que assistem

ao fúnebre sacrifício se reúnem em torno dos moquéns, contemplando-os com ferozes esgares; e por maior que seja o número de convidados nenhum dali sai sem o seu pedaço. Mas não comem a carne, como poderíamos pensar, por simples gulodice, pois embora confessem ser a carne humana saborosíssima, seu principal intuito é causar temor aos vivos. Move-os a vingança, salvo no que diz respeito às velhas, como já observei. Por isso, para satisfazer o seu sentimento de ódio, devoram tudo do prisioneiro, desde os dedos dos pés até o nariz e cabeça, com exceção porém dos miolos, em que não tocam.

As caveiras conservam-nas os nossos tupinambás em tulhas nas aldeias, como conservamos nos cemitérios os restos dos finados. E a primeira coisa que fazem quando os franceses os vão visitar é contar-lhes as suas proezas e mostrar-lhes esses troféus descarnados, dizendo que o mesmo farão a todos os seus inimigos. Guardam muito cuidadosamente os ossos das coxas e dos braços para fazer flautas e pífanos, e os dentes para seus colares [...] (Léry, 1961[1578], s. p.).

312

Do ponto de vista bioarqueológico, esses dois relatos demonstram algumas características que poderiam ser encontrados em remanescentes ósseos provenientes de vestígios da cultura Tupinambá. Essas seriam marcas no tecido ósseo ocasionadas pelo processo de morte e preparação dos prisioneiros para o ritual canibal, como: danos por percussão no crânio, causado pelo golpe do tacape que levava à morte, golpes ocasionados pelo desmembramento, cortes para o descarnamento, queima advinda do processo de preparação da carne ao fogo, mordidas nos ossos, além de possíveis perfurações e polimento nos ossos longos e dentes que eram utilizados para confecção de instrumentos musicais e adornos. Essas evidências são verificadas quando analisados remanescentes ósseos com indícios de canibalismo (White, 1992; Turner II, Turner, 1999).

Com relação aos Tarairiú, também são várias as crônicas que tratam do canibalismo (Barléus, 1647; Herckman, 1639; Piso, Marcgraf, 1648; Nieuhof, 1682; Wagener, 1641). Merece atenção especial a obra de Roelof Baro (1647), pelas informações coletadas pelo autor em sua *viagem ao país dos Tapuias*.

Em diversos momentos do texto o holandês expõe o costume dos Tarairiú, de ingerir os parentes mortos, como no seguinte,

[...] morreu a criança cuja cura o Diabo tinha assegurado. Os tapuias zangaram-se e o expulsam; mas ele deixou-se ficar, fingindo estar extremamente compungido com a morte da criança, cuja cabeça os tapuias cortaram e cujo corpo retalharam, pondo-o a cozinhar numa panela. Em seguida, os parentes mais próximos vieram à festa e comeram tudo, inclusive os tenros ossos. E quando nada mais restou, puseram-se a lamentar-se, gritando e batendo com os braços (Moreau, Baro, 1979 [1647], p. 104).

Ou nesse outro,

[...] um ancião apresentou os ossos de diversos parentes seus, falecidos, que carregava há muito tempo. As mulheres os depilaram e cortaram bem miúdo os cabelos, que estavam ainda aderidos às cabeças; despejaram mel silvestre em cima e comeram tudo com tapioca. Perguntei por que os homens não tomavam parte naquela festa e disseram-me que a mesma não lhes competia. Quando tudo foi engolido puseram-se a gritar e a chorar, caminhando até que chegaram a um lugar em que

nenhum dos seus parentes tivesse morrido (Moreau, Baro, 1979 [1647], p. 104).

No que diz respeito ao contexto arqueológico resultante dos rituais descritos, objeto de estudos bioarqueológicos, seriam inexistentes os remanescentes ósseos. Entretanto, o que ficaria no registro arqueológico seria os indicadores físico-químico-biológicos da ingestão de tecidos humanos, que seriam estudados somente analisando-se as fezes dos indivíduos participantes do ritual canibal, como foi demonstrado em um sítio arqueológico do sudoeste dos Estados Unidos, datado aproximadamente do ano 1.100 d.C. (Marlar *et al.*, 2000, Reinhard, 2006).

Uma seleção de autores que tratam sobre a perspectiva antropológica, etnográfica e histórica do canibalismo não poderia deixar de incluir Arens (1979), Viveiros de Castro (1986), Goldman (1999), Petrinovich (2000), Gueste (2001), Barker *et al.* (2004), Ezzo (2008) e Avramescu (2009).

Segundo Arens (1979), o canibalismo cultural, socialmente aceito (diferente daquele motivado pela sobrevivência), descrito por exploradores ocidentais desde o século XV, não é comprovado, pois não há provas consistentes de que em qualquer época da história ou lugar da ocorrência da prática. De acordo com o autor é um mito infundado. No entanto, Arens (1979) não descartou que o canibalismo possa ter ocorrido, faltando, entretanto, registros. Rejeita os relatos dos espanhóis que escreveram sobre o canibalismo cultural entre os povos do Caribe e do Império Asteca, demonstrando que havia na verdade o interesse em

justificar a conquista. Crônicas notadamente criticadas por Arens (1979), por serem, de acordo com o autor, imprecisas, inverossímeis e sensacionalistas, são a de Hans Staden, a de Ta'unga, um nativo da Polinésia dominada pelos britânicos no século XIX e a de Henry Morton Stanley, jornalista europeu que viajou pela África no século XX.

Arens (1979) critica também os trabalhos arqueológicos que procuraram comprovar o canibalismo através de evidências nos remanescentes ósseos, tentando demonstrar que os mesmos não comprovam o costume na Europa e na América do Norte. Questiona o fato de que ossos quebrados são atribuídos ao canibalismo, argumentado que estas evidências também podem advir de outros fatores. Arens (1979) questiona também os trabalhos antropológicos que abordam o canibalismo cultural, apontando que esses estudos não verificam realmente se existe/existiu esse costume nos grupos pesquisados. O autor também mostra que as sociedades sempre veem o canibal como o outro, a outra sociedade, notadamente aquelas com os quais se entra em conflito.

Outro olhar – cosmológico – foi dado por Viveiros de Castro (1986) sobre o canibalismo entre os povos indígenas brasileiros. De acordo com os Araweté, povo de língua Tupi-Guarani do Pará, as almas de seus mortos quando chegam ao céu é devorada pelo *Mai* (os deuses canibais), que, em seguida, as ressuscitam, a partir dos ossos. Tornam-se as almas também *Mai* e, por conseguinte canibais. O

trabalho de Viveiros de Castro procurou entender essa ideia, que é central na cosmologia Araweté.

The Anthropology of Cannibalism foi editado por Goldman (1999) a partir de sete artigos escritos por diferentes antropólogos socioculturais. Os dados utilizados provêm de sociedades da América do Sul, Austrália e Papua Nova Guiné. Os textos seguem a abordagem de Arens (1979), mostrando que os relatos acerca do canibalismo são na verdade fruto de notícias falsas, o mesmo acontece, de acordo com o livro, com as interpretações arqueológicas sobre o assunto. Da mesma forma, discutem os estereótipos criados a partir da ideia do outro canibal e da mitologia criada sobre a temática. No livro é explorado como que as ideias culturais da humanidade se refletem em compreensões aparentemente universais do potencial da nossa espécie para a antropofagia. Isso é lavado em conta mesmo se a sociedade pratique ou não o canibalismo, pois tais concepções podem ser realizadas pelo folclore e pela mitologia, nos quais a prática está imbuída de significados simbólicos.

A ideia de que a espécie humana é canibal foi defendida por Petrinovich (2000). No seu *The canibal within*, é realizado um relato evolutivo sobre a propensão dos seres humanos de, em circunstâncias extremas, comerem os seus similares, apesar do forte tabu ocidental contra tal prática. A partir de casos em que o canibalismo para sobrevivência ocorreu, o autor chegou à conclusão de que existe certo padrão consistente e uma regularidade uniforme na ordem em que os indivíduos são

consumidos. Ao ser considerado quem se alimenta de quem, quando e em que circunstâncias, esta regularidade aparece, o que é consistente com aquilo esperado com base na teoria evolutiva de Darwin. Petrinovich conclui, de acordo com sua abordagem psicológica, que o canibalismo em decorrência da fome não é uma patologia que afeta determinados indivíduos psicóticos, mas sim uma estratégia adaptativa que faz parte da evolução de nossa espécie.

Uma compilação de textos que trata da relação do canibalismo com a identidade cultural a partir do estudo da literatura foi estruturada por Gueste (2001). As obras analisadas cobrem uma variedade de contextos e períodos históricos, com assuntos da mesma forma diversos. São discutidos trabalhos canônicos como *A Odisseia* (Homero, do século VIII a.C.), *A Rainha das Fadas* (Edmund Spenser, de 1590) e *Robinson Crusoe* (Daniel Defoe, de 1719), além de obras menos conhecidas, como uma versão do melodrama vitoriano sobre o personagem Sweeny Todd (criado por James Malcolm Rymer e Thomas Peckett Prest, em meados do século XIX) e textos pós-colonialistas e pós-modernos de Margaret Atwoode e Ian Wedde.

Uma perspectiva diferente de abordagem do canibalismo foi estabelecida por Barker, Hulme e Iversen (2004). De acordo com esses, o primeiro a desmistificar a noção de canibalismo teria sido William Arens (1979). O mito do homem-comida (*man-eating myth*) estaria vinculado aos povos indígenas, europeus e aos antropólogos. A existência do canibalismo estaria relacionada a condições muito

especiais. Na perspectiva de Hulme (1986 *apud* Barker, Hulme, Iversen, 2004), o canibalismo é definido como uma construção cultural que se refere a capacidade desordenada do outro para consumir carne humana como uma comida especialmente deliciosa. Na narrativa europeia sobre canibalismo, os “selvagens” eram caracterizados como realizadores de “festas canibais”. Quando o canibalismo havia desaparecido virtualmente entre os inveterados canibais (os Maori, após 1840), ressurgiu nas ilhas Marquesas e Fiji. Os etnógrafos não estão imunes a criação de fantasias por incorporação acrítica de contos sobre o canibalismo na Polinésia, por exemplo. As narrativas de testemunhas mais confiáveis são empregadas neste trabalho.

318

Barker, Hulme e Iversen (2004) incluem capítulos sobre a cena canibal, repensando a antropofagia: as festas canibais de Fiji, no século XIX (contos de marinheiros e imaginação etnográfica); a revisitação à antropofagia brasileira, por meio do canibalismo tropicalista no cinema e a estética brasileira do subdesenvolvimento; histórias de fantasmas; de flautas produzidas a partir de ossos humanos; também abordam temas contra a memória canibal: *Cronos* e a economia política do vampirismo; canibalismo como capitalismo e a acumulação em Marx, Conrad, Shakespeare e Marlowe; consumismo ou a lógica cultural do canibalismo tardio; e a função do canibalismo nos dias de hoje.

Ezzo (2008) estabeleceu uma perspectiva intercultural, estabelecendo críticas aos estudos de Arens (1979). O canibalismo tem existido em uma variedade de

culturas ao redor do mundo e há um número de diferentes tipos desse costume que podem ocorrer em determinadas condições. Faz uma crítica ao texto de William Arens (1979). Em Arens, o canibalismo é somente o *survival cannibalism*, pois seria um mito infundado. Para Ezzo (2008), não é verdade que o canibalismo não exista exceto no contexto de uma condição de sobrevivência emergencial. Este autor aceita o canibalismo como presente em constructos culturais definidos e que na atualidade ocorre somente em ocasiões raras. Podendo ser compreendido dentro de um ambiente culturalmente definido, no qual ele existe. Para o autor, o canibalismo ocorre em um número de diferentes tipologias, dentro de determinadas circunstâncias. Nesse sentido, discorda de Arens (1979), pois existiriam variadas formas do ato presentes em diversas culturas ao redor do mundo. O autor enfatiza exemplos etnográficos das culturas indígenas norte-americanas. Consultou Gary Hogg (1966) e *The Ethnography of Cannibalism* (1983). Ezzo (2008) classifica o canibalismo em várias tipologias:

- a) *Endocanibalismo*: praticado com um signo de afeição e amor: o parente próximo que falece não é entregue à decomposição (Summer, 1940 *apud* Ezzo, 2008).
- b) *Canibalismo judicial* ou jurídico: nesse caso, o canibalismo é usado por algumas culturas como uma forma de controle social. O canibalismo endo-judicial é usado para eliminar uma pessoa que tenha quebrado um tabu muito importante e que pode causar grande calamidade para todo o grupo. O criminoso é banido ou morto. O corpo e o “outro” (espírito, fantasma)

do criminoso são eliminados pela canibalização coletiva (Summer, 1940 *apud* Ezzo, 2008);

- c) *Canibalismo para sobrevivência*: ocorre em condição de fome extrema. Nesse tipo de canibalismo, a carne humana é ingerida pela inexistência total de outra fonte de alimento. Tem ocorrido em muitas culturas no mundo. É incompreensível para as pessoas do Ocidente (Summer, 1940 *apud* Ezzo, 2008);
- d) *Fantasmas e canibalismo*: Os fantasmas são formas ou meios de reforçar e elevar os valores de uma cultura. Os espíritos dos deuses comem as oferendas – carne – o objeto sacrificial ou o sangue. Em um canibalismo judicial, conectado com os espíritos ou fantasmas, existe uma atividade comunal na qual todos participam;
- e) *Exocanibalismo*: ou canibalismo fora do grupo é aquele no qual usualmente ocorre a humilhação e insulto ao prisioneiro ou devido a coragem demonstrada pelo mesmo;
- f) *Sacrifício humano*: esse tipo de prática, com canibalismo (parcial) foi intensamente desenvolvida no México, América Central e Colômbia Britânica. Em todas essas áreas culturais, o sacrifício humano ocorria dentro de um contexto de rituais religiosos e com vítimas sacrificiais oferecidas aos deuses. Essas áreas possuem culturas muito militarizadas e uma forte religião hegemônica. Entre os astecas, no México, 1% da população possuía destino sacrificial;

- g) *Mordeduras*: esse tipo de prática preliminar de canibalismo envolve morder a pessoa viva. Isso ocorre em rituais shamânicos e em cerimônias de iniciação;
- h) *Infanticídio*: o homicídio de crianças pode estar relacionado ao controle do crescimento da população ou a outros fatores;
- i) *Canibalismo curativo*: partes do corpo humano podem curar diferentes doenças. Trata-se de uma demonstração de coragem e apresenta forte relação com o exocanibalismo;
- j) *Windigo e canibalismo*: em povos indígenas de cultura subártica, desenvolveu-se uma alteração psíquica conhecida como “psicose de Windigo”. Um monstro canibal que aparece entre os Montagnais, Naskapi, Ojibwa e os Cree (Garbarino, 1976 *apud* Ezzo, 2008). Os povos indígenas possuem uma variação de explicações sobre a origem desse monstro Windigo. Teria sido humano por um tempo, mudando pelo espírito. Seria a encarnação de toda pessoa que teria morrido de fome (Garbarino, 1976 *apud* Ezzo, 2008). Esse monstro tem grande desejo de comer carne humana. O frio intenso dessa região subártica, a fome levava à canibalização de um filho ou uma esposa. Explica-se, também pela possessão pelo espírito do Windigo, o gigante super-humano que habita a floresta.

Esses tipos de canibalismo podem ser empregados para, inicialmente, indicar explicações para as variações dessa prática e iniciar abordagens interpretativas

dentro de problemas específicos de cada possível variação associada aos vestígios recuperados nas escavações arqueológicas.

Para Avramescu (2009), a história do canibalismo pode ser reconstruída em três níveis sucessivos, parte historicamente, parte conceitualmente:

- 1) O canibal é visto como uma *criatura* dentro da perspectiva das leis naturais.
- 2) O canibal é uma *réplica diabólica* na qual o fluxo das partículas confunde os cálculos dos teólogos e dos metafísicos;
- 3) O canibal hoje é uma *criatura*, resultante de circunstâncias específicas e educação.

322

Leis naturais, materialismo e relativismo antropológico são os três maiores contextos que impõem uma divisão na história da passagem dos canibais através do pensamento e que são clarificados pela sua presença. Caso os canibais existam ou não, isso é um fato de importância marginal ou secundária. Neste e no texto de Gueste (2001), o canibalismo é tratado em uma perspectiva da história, do pensamento ocidental e das representações culturais do canibal e do canibalismo, no contexto do modo ocidental de produzir estratégias de pensamento de exclusão, diversificação das posições ideológicas dos pensadores sobre canibalismo, na sua presença na literatura, artes e na vida política e econômica no mundo atual.

O que foi exposto nesse seguimento mostra o quão variado pode ser o canibalismo entre o ser humano, podendo deixar, da mesma forma, diferentes configurações no registro arqueológico.

OS ARQUEÓLOGOS: WHITE, TURNER II, TURNER E DEGUSTA

Entre os relevantes estudos sobre canibalismo na Arqueologia, podem ser citados os trabalhos de White (1992) e de Turner II e Turner (1999), desenvolvidos sobre remanescentes ósseos humanos na América do Norte e o artigo de Degusta (2000), sobre a análise bioarqueológica de remanescentes humanos das Ilhas Fiji.

A coleção de remanescentes ósseos do sítio SMTUMR-2346, no Canyon Mancos, Colorado, Estados Unidos, foi estudada por White (1992), que identificou evidências de canibalismo. SMTUMR-2346 é uma aldeia Pueblo (ou Anasazi), que foi alvo de salvamento arqueológico. Os remanescentes ósseos em questão são de 33 indivíduos e apresentam sinais de alterações humanas intencionais *perimortem*, realizadas antes que o enterro fosse realizado. As evidências identificadas nos ósseos incluem: variado número de indivíduos (entre 2 e 11) num mesmo depósito; ossos longos estilhaçados, para a extração da medula; marcas de corte e raspagem em vários ossos; marcas de contato direto com o fogo, alguns ossos estando completamente calcinados, predominando, contudo, pequenas áreas queimadas nos mesmos; e muitas partes dos esqueletos ausentes. Quanto aos crânios, embora estejam todos quebrados e espalhados, neles não há evidências de morte violenta ou outras marcas antrópicas intencionais. No que diz

respeito à interpretação, o autor não encontrou evidências de rituais, o canibalismo no sítio seria emergencial ou de sobrevivência.

Turner II e Turner (1999), desenvolveram uma abordagem regional do canibalismo no Sudoeste dos Estados Unidos e Norte do México. Foram analisadas coleções laboratoriais de 76 sítios arqueológicos da área. A coleta dos ossos nem sempre obedecia a critérios de escavação arqueológica conhecidos atualmente. Da amostra, os autores, chegaram à conclusão de que em 54 dos sítios abordados há evidências de canibalismo, em 8 não há indícios e em 14 as análises não foram possíveis de serem realizadas em decorrência do estado do material. Para Turner II e Turner (1999), o canibalismo foi praticado na área de estudo em que estão localizados os sítios por quatro séculos, desde aproximadamente o ano 900 a 1300, a partir de datações relativas obtidas por dendrocronologia e seriação cerâmica, sendo a área de Four Corners onde mais se praticou o consumo de seres humanos. De acordo com os arqueólogos, o canibalismo no Sudoeste dos Estados Unidos e Norte do México teria como origem a Mesoamérica, especialmente a sociedade dos Toltecas.

Segundo Degusta (2000), os remanescentes de esqueletos humanos do sítio arqueológico Vunda, em Fiji, datado em 800-1600 B. P., foram interpretados como evidência de canibalismo. A hipótese do canibalismo é testada examinando-se as modificações nos esqueleto. A amostra consiste em duas tipologias de sepultamentos identificados em um sambaqui: um conjunto de ossos humanos em

contexto com ossos não humanos e sepultamentos primários completos. A maior parte das modificações são mais comuns nos remanescentes de mamíferos de porte médio, como a queima (9% dos remanescentes de mamíferos médios e 5% dos remanescentes humanos), marcas de cortes (4% dos remanescentes de mamíferos médios e 1,5% dos remanescentes humanos), percussão (1% dos remanescentes de mamíferos médios e 0% dos remanescentes humanos), raspagem (2 dos remanescentes de mamíferos médios e 0% dos remanescentes humanos) – embora estas diferenças não sejam estatisticamente significativas. Não há diferenças significativas entre os sepultamentos primários e os outros remanescentes humanos no que diz respeito às marcas de corte, danos por percussão, raspagem, ou no padrão de representação dos elementos. A maioria dos remanescentes humanos que estavam associados aos ossos de animais fazia parte, provavelmente, de sepultamentos rituais. As modificações e o contexto da amostra de Vunda foram comparados com os remanescentes do sítio arqueológico Navatu, localizado nas proximidades e parcialmente contemporâneo, no qual se admite uma ocorrência de canibalismo, para verificar se as características dos rituais mortuários de Vunda condizem com essa prática (DEGUSTA, 2000).

325

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, demonstrasse o quanto que os estudos arqueológicos relativos ao canibalismo podem ter contribuições a partir da interdisciplinaridade, servindo, dessa forma, para o reconhecimento da prática entre a espécie humana.

No que diz respeito às colaborações da Biologia, a junção desta com a Arqueologia, tem muito que oferecer aos estudos sobre o canibalismo. Pois, como são sugeridas por algumas informações de cronistas, antropológicos, históricos e sociológicos, o que muitas vezes sobrava/sobra dos corpos canibalizados não são esqueletos completos, mas remanescentes ósseos de indivíduos em que a maior parte do esqueleto encontra-se ausente, ou mesmo apenas evidências físico-químicas-biológicas. Assim, a forma de atuação da Bioarqueologia pode ser identificando evidências do canibalismo nos remanescentes ósseos que estiverem disponíveis, bem como nos outros vestígios advindos do contexto, como os coprólitos.

Fica evidente, da mesma forma, que os estudos relativos ao canibalismo por parte da Arqueologia podem fazer uso de analogias a partir dos diversos registros da prática realizados por cronistas e antropólogos, encontrando alternativas de interpretação dos vestígios do passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBEVILLE, C. d'. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas (1614)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

ARENS, W. *The Man-Eating Mith: Anthropology and Anthropophagy*. Oxford: Oxford University Press, 1979.

AUSTIN, A. L.; LUJÁN, L. L. *El sacrificio humano entre los mexicas. Arqueología mexicana*, [s.i.], n. 103, p. 24-33, 2010.

AVRAMESCU, C. *An Intellectual History of Cannibalism*. Princeton: Princeton University Press, 2009.

BARKER, F.; HULME, P.; IVERSEN, M. (orgs.) *Cannibalism and the Colonial Wolrd*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998 (2004).

BARLÉUS, G. *História dos feitos praticados durante os oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do Ilustríssimo João Mauricio Conde de Nassau etc., ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange (1647)*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BROCHADO, J. P. Tupi. In: PEREGRINE, P. N.; EMBER M. (orgs.). *Encyclopedia of Prehistory*. Boston: Springer, 2001, p. 343-354.

CARDIM, F. *Tratados da Terra e Gente do Brasil (1625)*. São Paulo; Brasília: Cia. Ed. Nacional: INL, 1978.

COLÓN, Cristóbal. *Relaciones y cartas*. Madrid: Librería de la Viuda de Hernando, 1892. (Biblioteca Clássica, Tomo CLXIV).

DEGUSTA, D. Fijian cannibalism and mortuary ritual: bioarchaeological evidence from Vunda. *International Journal of Osteoarchaeology*, [s.i.], v.10, n. 1, p.76-92, 2000.

EVREUX, Y. d'. *Viagem ao norte do Brasil feita nos annos de 1613 a 1614 (1615)*. São Luís: Typ. do Frias, 1874.

EZZO, D. A. *Cannibalism in Cross Cultural Perspective*. Indianapolis: Dog Ear Publishing, 2008.

GÂNDAVO, P. de M. *História da Província Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil (1576)*. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1995.

GOLDMAN, L. *The Anthropology of Cannibalism*. London: Bergin & Garvey, 1999.

GUESTE, K. *Eating Their Words: Cannibalism and the Boundaries of Cultural Identity*. Albany: State University of New York Press, 2001.

HERCKMAN, E. Descrição geral da Capitania da Paraíba (1639). *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, Recife, n. 31, p. 239-288, 1886. Tomo V.

HOMERO. *A Odisseia*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras: Penguin Classics, 2011.

LÉRY, J. de. *Viagem à Terra do Brasil (1578)*. Tradução integral e notas de Sérgio Milliet segundo a edição de Paul Gaffarel, com o Colóquio na língua brasileira e notas tupinológicas de Plínio Ayrosa. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

LUKASCHEK, K. *The history of cannibalism*. Thesis submitted in fulfillment of the MPhil Degree in Biological Anthropology, University of Cambridge, UK Lucy Cavendish College, 2000-2001.

MARLAR, R. A.; LEONARD, B.L.; BILLMAN, B.R.; LAMBERT, P.M.; MARLAR, J.E. Biochemical evidence of cannibalism at a prehistoric Puebloan site in southwestern Colorado. *Nature*, Londres, v. 407, n. 6800, p. 74-7, 2000.

MIGNON, M. R. Bioarchaeology. In: MIGNON, M. R. *Dictionary of concepts in archaeology*. Londres: Greenwood Press, p. 1993, 44-48.

MONTEIRO DA SILVA, S. F. S. *Arqueologia funerária: corpo, cultura e sociedade*. Ensaios sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo das práticas mortuárias. Recife: Editora da UFPE, Série Extensão, 2014.

MOREAU, P.; BARO, R. *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses & relação da viagem ao país dos Tapuias (1647)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979.

NIEUHOF, J. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil (1682)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

PETRINOVICH, L. F. *The cannibal within*. New York: Aldine de Gruyter, 2000.

PISO, W.; MARCGRAF, G. *Historia Naturalis Brasiliae: in qua non tantum plantæ et animalia, sed et indigenarum morbi, ingenia et mores describuntur et iconibus supra quingentas illustrantur*. Amsterdam: Elsevier, 1648.

REINHARD, K. J. A Coprological View of a Ancestral Pueblo Cannibalism: Debate over a single fecal fossil offers a cautionary tale of the interplay between science and culture. *American Scientist*, Durham, v. 94, n. 3, p. 254-261, 2006.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul. *Arqueologia: teorias, métodos y practicas*. Tradução de Maria Jesús Mosquera Rial. 2. ed. Madrid: Akal, 1998.

RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

SOUZA, G. S. de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional: EDUSP, 1971.

STADEN, H. *Duas viagens ao Brasil [1557]*. Introdução de Eduardo Bueno. Tradução de Angel Bojadsen. Porto Alegre, L&PM, 2009.

THEVET, A. *As Singularidades da França Antártica (1556)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.

TUNER II, C.G., TUNER, J. A. *Man corn: Cannibalism and violence in the prehistoric American Southwest and Mexico*. Salt Lake City: The University of Utah Press, 1999.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: CUNHA, M. C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 87-102.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *Araweté: os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

WAGENER, Z.; SCHAEFFER, E. *Zoobiblion: livro de animais do Brasil (1641)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1964. (Brasiliana documenta, v. 4).

WHITE, T. D. *Prehistoric cannibalism at Mancos SMTUMR-2346*. Princeton: Princeton University Press, 1992.